

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A APLICABILIDADE DO CONTROLE INTERNO COMO SUPORTE
OPERACIONAL DA AUDITORIA INTERNA E FERRAMENTA REDUTORA DE
FRAUDES NOS ESTOQUES**

THAIS TELES ARANTES CHAVES

Orientadora: Prof.^a Ms. IVONE VIEIRA PEREIRA

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE - GOIÁS

2013

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A APLICABILIDADE DO CONTROLE INTERNO COMO SUPORTE
OPERACIONAL DA AUDITORIA INTERNA E FERRAMENTA REDUTORA DE
FRAUDES NOS ESTOQUES**

THAIS TELES ARANTES CHAVES

Orientadora: Prof.^a Ms. IVONE VIEIRA PEREIRA

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE - GOIÁS

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a DEUS, pois em momentos difíceis elevei minha fé e encontrei forças para prosseguir, a minha mãe Elizete, que em momentos de angústia me confortou com suas palavras e incentivou. A minha irmã Paula, que mesmo distante se preocupou com esta conquista. E aos meus amigos Kellyane, Denize, Susana, Karla e Katrine, que me consolaram quando precisei.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por ter me abençoado durante este processo e a Ele devo todas as minhas conquistas.

A minha mãe Elizete Margarida Teles Arantes, que desde o início me incentivou e me ensinou durante toda a minha vida não esmorecer diante dos altos e baixos que passei, por não ter me abandonado em momento algum, por ter chorado todas as minhas lágrimas, por em simples frases me tranquilizou e garantiu que daria tudo certo. Obrigada por tudo mãe!

A Kellyane Alves Cruvinel, por confortar-me com palavras e abraços, quando achei que tudo iria desmoronar, sendo sempre positiva em todas as fases que passei.

À Denize Donida Baldin e Susana Pereira Lima, que nestes quatro anos passaram por todas as angústias, que passei e me apoiaram e não me deixaram desistir de tudo. A Karla Cristina Rodrigues e Katrine Moraes do Carmo, que nesta fase final demonstraram total apoio e empatia. A elas agradeço o companheirismo, carinho, tolerância e a amizade dedicada neste longo período.

Ao João Batista de Sousa Santos, que em momentos de desespero me confortou com suas experiências e palavras sinceras, mesmo sendo um chefe, mostrou total amizade e companheirismo.

A Professora Ms. Ivone Vieira Pereira, por ter me acolhido no momento que acreditei que não seria possível concluir este trabalho, pela paciência e compreensão, que mostrou uma luz no fim do túnel.

RESUMO

CHAVES, Thais Teles Arantes. **A aplicabilidade do controle interno como suporte operacional da auditoria interna e ferramenta redutora de fraudes nos estoques.** 2013. 37p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2013.♦

A auditoria interna surgiu no meio de empresas que necessitavam demonstrar maior confiabilidade em seus relatórios perante os seus acionistas e órgãos públicos. Entretanto, nas organizações de grande porte foi necessário criar uma ferramenta, que desse suporte a auditoria, e este departamento é o controle interno que tem como principal objetivo a proteção dos bens da organização. O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar a aplicabilidade do controle interno, como suporte operacional da auditoria interna e ferramenta redutora de fraudes, e para atingir o objetivo da pesquisa o tema foi delimitado para a auditoria de estoque, assim destacou-se que, o controle interno é fundamental para a aplicabilidade da auditoria interna, pois esta se apoia totalmente nos relatórios emitidos pelo controle, e a organização necessita de que este seja totalmente confiável e eficiente para melhor desempenho das funções. A metodologia utilizada para a execução desta pesquisa quanto ao método de abordagem foi o método dedutivo por se tratar de princípios que já foram estudados, quanto aos procedimentos utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pois consistiu no levantamento do referencial teórico já publicado, para a comprovação do fato averiguado. A principal atividade do controle interno é a segregação de funções que consistem na divisão de responsabilidades de cada colaborador, assim é possível detectar os responsáveis de fraudes cometidas contra os ativos da empresa.

Palavras-Chave: Controle, auditoria, fraude.

♦ Banca Examinadora: Profª. Ms. Ivone Vieira Pereira – UniRV (Orientador); Profª. Eliene Aparecida de Moares – UniRV; Profº. Leonardo Antônio Rodrigues – UniRV.

ABSTRACT

CHAVES, Thais Teles Arantes. **The applicability of intern control as operational support of internal audit and reductive fraud control in stocks.** 2013. 37p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2013.♦

The internal audit has emerged into companies who needed to demonstrate a higher level of reliability on their reports for shareholders and public agencies. However, in big companies was necessary to create a tool that could support audits on this role, and this department is intern control that has as main objective the protection of goods of the company. That main objective of this research is to present the applicability of intern control as operational support for intern audits and a tool for reducing fraud, and to reach the aim of the research, the theme was delimited to stock audits, thus highlighting that intern control is fundamental for the applicability of intern audit, for it totally supports itself on reports obtained by the control, and the company needs it to be completely reliable and efficient for better development of the functions. The methodology used for this research as an approach method was the deductive method, for it has already been studied, the procedures were performed through bibliographical research, which consisted on collecting theoretical data already published. The main activity of internal control is the segregation of functions which consists on the division of responsibilities of each employee, so it is possible to detect the responsible for frauds against the active of the company.

Key-Words: Control, Audit, Fraud.

♦ Examining board: Teacher Ms. Ivone Vieira Pereira – UniRV (Advisor); Teacher Eliene Aparecida de Moares – UniRV; Teacher Leonardo Antônio Rodrigues – UniRV.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Tipos de auditoria.....	14
----------	-------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

NBCTI – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Auditoria Interna

NBCTA – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Auditoria Independente

TCE MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ACL – Linguagem de Auditoria por Comandos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Contextualização.....	10
1.2 Problema de pesquisa.....	11
1.3 Objetivos.....	11
1.3.1 Geral.....	11
1.3.2 Específicos.....	11
1.3.3 Delimitação.....	11
1.4 Justificativa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Auditoria interna e auditoria externa.....	13
2.1.1 Benefícios da auditoria interna.....	15
2.2 Procedimentos utilizados pela auditoria interna.....	16
2.3 Controle Interno.....	19
2.3.1 Conceito.....	19
2.3.2 Objetivos dos controles internos.....	21
2.4 Ferramentas utilizadas na auditoria interna para a detecção de fraudes.....	23
2.4.1 Definição de fraudes.....	23
2.4.2 Ferramentas para detecção de fraudes.....	24
2.4.3 Aplicabilidades do controle interno na detecção de fraudes nos estoques.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.1 Método de abordagem.....	30
3.2 Métodos de procedimentos.....	30
3.3 Objetivos.....	31
3.4 Técnicas de coletas de dados.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Auditoria surgiu primeiramente, na Inglaterra, no ano 1314, no século XIV, onde o governo já utilizava exames periódicos e sistemáticos das contas públicas. Devido à necessidade de controle e de confirmação dos registros contábeis, das movimentações financeiras e muitos outros fatores ocorridos nas empresas, inicia-se um processo de evolução da auditoria, que foi acelerada em decorrência da revolução industrial ou mesmo com a taxaço de imposto de renda baseado nos resultados apurados em balanço (MARQUES, 2010).

A auditoria subdivide-se em auditoria interna e externa. A auditoria externa é realizada por profissional independente, sem vínculo empregatício com a empresa auditada, visando emitir seu parecer através de relatórios independentes sobre as demonstrações contábeis, sobre a situação financeira, a legalidade e regularidade das operações da empresa. Já a auditoria interna é integrada ao conjunto organizacional, com a função de verificar e avaliar os processos da atividade empresarial, com a intenção de otimizar os processos e principalmente de minimizar erros, fraudes ou práticas ineficazes (FULGÊNCIO, 2007).

Com a necessidade de evitar os erros e fraudes cometidos contra as empresas, a auditoria interna não consegue sozinha suprir tal problema, com isso surge o controle interno. Sendo assim, se uma empresa no Brasil comete irregularidades em seus demonstrativos contábeis, estas sendo publicadas, refletem em toda a companhia, que tenha investimentos (PEREIRA; NASCIMENTO, 2005).

Atualmente os meios tecnológicos facilitaram que a fraude seja cometida, dentro das organizações ela ocorre por meio de desvios de informações, com a finalidade da posse ilegal dos ativos da empresa, estas por sua vez necessitam, que as atividades de seus colaboradores sejam fiscalizadas e a auditoria interna foi a ferramenta encontrada para que não ocorra atos ilícitos no ambiente corporativo (PEREIRA; NASCIMENTO, 2005).

1.2 Problema de pesquisa

As organizações estabelecem normas e regimentos a serem seguidos, ocasionando a necessidade de um departamento de controle interno para que sejam extraídas informações dos demais departamentos, com a intenção de auxiliar os colaboradores para que os mesmos evitem erros e fraudes nas suas tarefas, podendo assim passar informações sensatas para auditoria interna.

Diante do assunto proposto pergunta-se: Qual a aplicabilidade do controle interno como suporte operacional da auditoria interna e ferramenta redutora de fraudes?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Apresentar através desta pesquisa a aplicabilidade do controle interno como suporte operacional da auditoria interna e ferramenta redutora de fraudes.

1.3.2 Específicos

A maneira de compreender a importância dos controles internos é proporcionando uma série de estudos, que serão apresentados, a partir desta pesquisa, relacionando os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os benefícios da auditoria interna;
- Demonstrar os procedimentos utilizados em auditoria interna;
- Apresentar conceitos e objetivos do controle interno e
- Evidenciar ferramentas de auditoria interna para a detecção de fraudes.

1.3.3 Delimitação

A delimitação do presente trabalho é a aplicabilidade do Controle Interno na redução de fraudes nos estoques, tendo em vista que os estoques estão contidos no Ativo Circulante, os maiores alvos de fraudes nas empresas devido a facilidade de apropriação dos bens

contidos nesse grupo. Sendo assim, um controle interno eficiente contribui essencialmente, para a redução ou extinção de fraudes nas organizações.

1.4 Justificativa

As organizações necessitam cada vez mais de confiabilidade nas informações obtidas para a tomada de decisões, em que a contabilidade reflete em seus relatórios a situação real da organização. Para que isso ocorra de forma eficaz, se faz necessária a intervenção de um controle interno, que é uma das ferramentas da auditoria interna. Em conjunto com uma auditoria interna constante, a probabilidade de ocorrer erros e fraudes é menor em comparação à empresas que não possuem tal preocupações.

Diante das grandes mudanças no mercado, uma das maiores preocupações das organizações é saber se seus ativos estão bem amparados. Por isso, procuram sempre aperfeiçoar seus negócios através de ferramentas fundamentais que atendem seus objetivos e assim capacitando seus controles internos (SILVA, 2008).

O controle interno é de suma importância, tendo como finalidade acompanhar a execução de trabalhos de cada departamento conforme determina os regulamentos, tendo em vista, evitar erros e fraudes nas empresas. Dando segurança nas informações que serão passadas para as auditorias (SILVA, 2008).

Segundo o mesmo autor, a necessidade de uma organização promover uma auditoria interna entra como o principal motivo em questão de confiabilidade aos seus colaboradores e clientes que terão acesso às informações auditadas.

Mediante o contexto abordado anteriormente, sobre a aplicabilidade do controle interno, como suporte operacional nas organizações, a pesquisa justifica-se pela contribuição teórica sobre o tema, considerando a importância da detecção de erros e fraudes como método de prevenção e otimização nos processos organizacionais, tornando o processo ágil e de fácil entendimento ocasionando maior segurança nas informações aos seus usuários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria interna e auditoria externa

No contexto geral, o trabalho executado por auditoria externa é semelhante aquele executado na auditoria interna. Pois, tratam de realizar os trabalhos utilizando exames e formulam sugestões de melhorias, para as falhas encontradas, portanto diferenciam-se na extensão de seu trabalho de acordo com as suas observações e a eficiência do sistema contábil e controle interno existente (SANTOS et al., 2006).

De acordo com o mesmo autor, as diferenças fundamentais entre os dois tipos é o grau de independência de um contra a total dependência da outra.

A auditoria interna tem por finalidade observar, indagar, analisar, verificar, investigar de forma independente, dentro de uma entidade as operações contábeis, financeiras, operacionais e administrativas, além da verificação dos controles, ela também questiona, tratando de um controle administrativo, cuja, sua pratica é avaliar a eficiência dos controles internos (MARTINS, 1995).

O Quadro 1 de Perez Junior (1998, p.15), mostra as principais diferenças entre Auditoria Externa e Interna incluindo também, a Auditoria da Fazenda, que é a realizada em órgãos públicos.

QUADRO 1 – Tipos de auditoria.

	Auditoria Independente ou Externa	Auditoria Interna ou Operacional	Auditoria da Fazenda (Federal, Estadual, Municipal)
Sujeito	Profissional independente	Funcionário da empresa	Funcionário público
Vínculo com a empresa auditada	Contrato de prestação de serviço	Contrato de Trabalho	Força de lei
Ação e objetivo	Exames da demonstrações contábeis ou de alguma área específica ou procedimento pré definido como objeto de trabalho especial	Exame dos controles internos, e avaliação da eficiência e eficácia da gestão	Verificação da observância e cumprimento dos preceitos legais vigentes para apuração e recolhimento dos diversos tributos
Finalidade	Principalmente emitir parecer da adequação das demonstrações contábeis.	Promover melhoria nos controles operacionais e na gestão de recursos.	Evitar a sonegação de tributos
Relatório principal	Parecer do auditor independente	Recomendações para melhoria dos controles internos e eficiência administrativa	Relatório de fiscalização ou auto de infração
Usuários do trabalho	A empresa e o público em geral	A empresa	Poder Público
Responsabilidade	Profissional, civil e criminal	Trabalhista	Poder Público

Fonte: Perez Junior (1998, p.15).

Observa-se conforme o Quadro-1, que uma das principais diferenças entre a auditoria interna e externa é a relação de trabalho que o auditor possui, sendo que na interna o auditor possui vínculo empregatício com a organização e tem como principal objetivo ajudar a organização nos processos administrativos, já a auditoria externa o auditor tem um contrato de prestação de serviço, por tempo determinado e tem como principal finalidade formar relatórios das demonstrações contábeis ou de alguma área pré-definida.

A auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos, que tem como a confecção de pareceres, com o intuito de adequar a situação financeira, patrimonial, o resultado das operações, as mutações do patrimônio da empresa e é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro da empresa. Sua intervenção é ajustada com contrato de serviços. Os testes e indagações se espalham por onde haja necessidade de levantar questões elucidativas, para a conclusão do trabalho ajustado (CREPALDI, 2010).

O sucesso de um auditor externo no mercado, se deve única e exclusivamente ao elevado grau de capacidade e especialização e sua independência no exercício de sua atividade. Ao comparar a auditoria interna e externa, verifica-se algumas diferenças cruciais e

importantes que possibilitam posicionar cada uma de acordo com a necessidade de cada empresa. Os aspectos diferenciais da auditoria externa é que não existindo vínculo empregatício com a empresa auditada, e dependência hierárquica da administração, suas opiniões conseguem maior grau de confiabilidade junto aos acionistas, financiadores, fornecedores e analistas; os exames das operações são dirigidos principalmente visando averiguar os reflexos destas nas operações contábeis (CREPALDI, 2010).

2.1.1 Benefícios da auditoria interna

Contudo, os benefícios da auditoria interna relacionam vários meios de traçar os objetivos que a empresa pretende alcançar em determinada situação podendo assim mostrar sua importância aos usuários de informações.

Através destas afirmações, Furtado (2009), demonstra os seguintes benefícios da auditoria interna:

Fiscaliza a eficiência dos controles internos; Assegura maior correção dos registros contábeis; Opina sobre a adequação dos demonstrativos contábeis; Dificulta desvios de ativos e pagamentos indevidos; Contribui para a obtenção de melhores informações sobre a real situação da entidade; Aponta falhas na organização administrativa e nos Controles Internos; Garante maior atenção e rigor dos funcionários contra erros e evita fraudes.

Baseado nas pesquisas de Chiaratti e Pinto (2009), aponta que para o Fisco a auditoria interna tem as seguintes vantagens: permite maior exatidão das demonstrações contábeis; assegura exatidão dos resultados apurados; contribui para maior observância das leis fiscais.

Perante a sociedade, a auditoria apresenta, confiabilidade nas demonstrações de resultados da organização, maior segurança nas informações transmitidas ao público. Para a administração da empresa os benefícios da auditoria garantem maior eficiência dos controles internos desenvolvidos, permitindo, que os registros contábeis sejam corrigidos a tempo, dificultando desvios de ativos ou pagamentos inadequados, possibilitando também detectar possíveis omissões de registros de receitas e possíveis falhas administrativas (CHIARATTI; PINTO, 2009).

De acordo com auditoria interna no Brasil, a empresa Deloitte realizou uma pesquisa no ano de 2007, entre auditores e executivos de grandes empresas que aponta os principais benefícios da auditoria interna dentro das organizações, foram 283 entrevistados, sendo 207

auditores internos e 76 executivos de negócios e estes apontam que os principais benefícios da auditoria são:

- Identificar os riscos de negócio e propor alternativas para gerenciá-los;
- Garantir maior eficiência dos processos internos;
- Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância do gerenciamento de riscos e controles internos;
- Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado;
- Dar suporte à estrutura de governança corporativa da empresa;
- Minimizar a ocorrência de fraudes;
- Auxiliar a organização na execução de suas estratégias de negócio;
- Reduzir os custos;
- Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização e
- Otimizar as receitas.

Um dos principais benefícios analisados é a redução de ocorrência de fraudes, pois através dos procedimentos adotados pelo controle interno, evita-se que colaboradores ou gestores sejam passíveis da fraude, a segregação de função é um dos objetivos do controle interno que consiste em dividir tarefas para evitar que o responsável de alguma determinada atividade seja o mesmo que faça os registros e conferências (ALMEIDA, 2003).

2.2 Procedimentos utilizados pela auditoria interna

Antes de iniciar uma auditoria interna dentro de uma organização, o auditor deverá adotar procedimentos, que permitam atingir os objetivos da auditoria, e fornecer relatórios confiáveis com evidências que demonstrem que os fatos relatados são verídicos. Destaca-se que os profissionais da auditoria atuam mais em grandes organizações independente do ramo em que atua e que em sua maioria possui o capital próprio em ações abertas no mercado, pois estas organizações necessitam que seus registros contábeis tenham credibilidade. Assim o auditor deverá ter profundo conhecimento sobre a organização auditada, o que necessita de um amplo planejamento e de aplicação de diversos testes (MAGALHÃES; LUNKES; MÜLLER, 2001).

A auditoria interna adota métodos para a verificação, na eficiência de controles, podendo expor as várias diferenças, entre as auditorias adotadas, pelas organizações. A

Resolução n. 986/03 do Conselho Federal de Contabilidade, NBC TI 01 explica que os procedimentos da Auditoria Interna são compostos de diversos tipos de testes que requererem minuciosas investigações, dentro destes testes estão os testes de observância e testes substantivos, que da base ao auditor interno para embasar e formular suas ponderações sobre quaisquer recomendações, sugestões para a administração empresarial, sem esses testes a auditoria pode perder a confiabilidade.

De acordo com a Resolução n. 986/03 de 21 de novembro de 2003 do Conselho Federal de Contabilidade os objetivos principais dos testes de observância e substantivos são:

Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- a) inspeção - verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
 - b) observação - acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;
 - c) investigação e confirmação - obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.
- Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

Magalhães, Lunkes e Müller (2001), destacam que o teste de observância é a fase inicial do planejamento, começando com uma análise do controle interno, verificando se as ferramentas utilizadas por este são apropriadas para o perfil da organização auditada e se estes estão sendo utilizados adequadamente pelos gestores responsáveis.

Com base nestes testes o auditor poderá detectar o grau de confiabilidade do controle interno e assim, seguir para os testes substantivos que consistem na investigação de erros e fraudes tornando assim mais específicos o planejamento da auditoria possibilitando a criação da trilha da auditoria ou fluxograma, que traça um caminho que o auditor devera seguir e a ordem que as tarefas deverão ser executadas (MAGALHÃES; LUNKES; MÜLLER, 2001).

Perez Junior (1998), destaca os tipos de procedimentos da auditoria que deverão ser aplicados frequentemente, e são ferramentas, para a constatação de fraudes. Estes procedimentos são os seguintes:

⇒ Comparação dos demonstrativos e relatórios gerenciais com os contábeis, onde o auditor pega o caminho reverso do contador comparando saldos de ambos e é um dos primeiros passos para a busca de evidências;

⇒ Comprovação com registros e inspeção de documentos, que é a comprovação de cada documentação ou transação efetivada pela empresa, assegurando que todas as transações tenham sido registradas;

⇒ Inspeção física ou visual que consiste em contagens de bens ativos e constatações de valores ou créditos que existam contra terceiros;

⇒ Confirmação diretas de terceiros é uma das evidencias mais eficientes pois é uma fonte mais confiável de informação e possibilita a constatação se há itens tangíveis ou não em posse de terceiros;

⇒ Testes matemáticos globais a verificação de cálculos utilizados tais como impostos entre outros utilizados dentro do departamento contábil;

⇒ Inquirição oral não é um dos procedimentos que transmite maior confiabilidade, pois consiste em averiguar com os funcionários os aspectos de suas atividades e deverá ser utilizado se não tiver outro meio de obter evidencias e

⇒ Exame de documentos importantes que consiste em verificar ou revisar todos os documentos que envolvem a empresa como atas de reuniões, contratos, estatutos entre outros, e exames analíticos que consiste em comparação de diversas informações (PEREZ JUNIOR, 1998).

Para a execução de uma auditoria de forma confiável é necessário planejar. Segundo a NBC TI 01 “O planejamento do trabalho de Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade” (Resolução n. 986/03 CFC p.1).

Assim para a execução deste planejamento é necessário considerar os seguintes fatores:

- a) conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
- b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
- c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- e) o uso do trabalho de especialistas;
- f) os riscos de auditoria quer pelo volume ou complexidade das transações e operações;
- g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- h) as orientações e expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
- i) conhecimento da Missão e Objetivos Estratégicos da entidade (RESOLUÇÃO n. 986/03 CFC p.1).

A fase do planejamento possibilita o auditor conhecer a organização de maneira adequada e assim identificar as áreas que apresentam maiores riscos, identificar os objetivos estratégicos, as políticas, os departamentos e os instrumentos de gestão da organização (ALMEIDA, 2003).

O planejamento devera ser documentado, assim facilitara a compreensão dos procedimentos que deverão ser aplicados para a execução da auditoria interna, assim ele poderá ser utilizado como um guia e evitara desvios nos objetivos do auditor, essa documentação também poderá analisar se os riscos podem ocorrer durante a exceção do serviço (PEREZ JUNIOR, 1998).

A auditoria possui três etapas nas quais se observa a execução destes procedimentos, que é o planejamento que busca o levantamento de informações, a execução, que busca as evidências e as destaca seguindo para etapa de finalização que emite os seus relatórios. Há uma diferença entre normas e procedimentos, pois as normas são medidas adotadas para manter a qualidade dos atos feitos e os procedimentos são a execução destes atos (PEREZ JUNIOR, 1998).

2.3 Controle Interno

2.3.1 Conceito

O controle é um dos procedimentos que ocorrerá dentro de várias atividades administrativas. Ele é necessário, para que as regras estabelecidas sejam seguidas dentro dos padrões necessários, para minimizar erros e falhas. Dentro de organizações com uma linha de produção grande, no departamento operacional existe o controle de qualidade que verifica se o produto está dentro dos padrões mínimos exigidos se respeita os tamanhos ou normas de seguranças exigidas pelo mercado (CHIAVENATO, 2011).

Dentro da administração de empresas a palavra controle pode assumir diversos significados, para Chiavenato (2011), dentro dele está:

⇒ Controle social que tem a função de inibir certas atividades indesejáveis, atos ilícitos que são aplicados dentro das organizações e da sociedade, que tem a finalidade de desestimular o individualismo e impor responsabilidades.

⇒ Controle de sistemas automáticos, geralmente é utilizado para manter um auto fluxo automático de um determinado tipo de sistema, geralmente eletrônico, observado em refinarias de petróleo e indústrias químicas.

⇒ Controle com função administrativa: este é parte integrante do processo administrativo como os atos de planejar, organizar e dirigir, e estes estão interligados, pois um depende do outro para funcionar perfeitamente. Neste caso sua finalidade é que tudo seja executado da maneira certa e lógica e que alcance os objetivos do que foi planejado, organizado e dirigido (CHIAVENATO, 2011).

Almeida (2003), define que controle interno é composto por processos e práticas de atividades rotineiras, para a proteção dos ativos da organização, com o intuito de fornecer dados confiáveis, nos demonstrativos contábeis transmitindo assim, segurança nos negócios da empresa, e este controle tem duas ramificações: os controles contábeis que consistem em tarefas rotineiras do departamento contábil e controles administrativos, que envolvem os demais departamentos.

O controle interno tem diversos conceitos, dentre eles esta o de D'avila (2002), que acredita que o controle interno é um conjunto de procedimentos executados pelos gestores da organização entre outras pessoas envolvidas no processo administrativo, e foi desenvolvido para transmitir segurança na tomada de decisões necessárias, para o alcance dos objetivos da empresa e promove a eficiência e eficácia das atividades pertinentes aos processos operacionais, financeiros. Outro fator é a proteção dos bens adquiridos e o cumprimento das regulamentações e leis existentes possibilitando uma melhor avaliação de riscos.

Outra definição encontrada é a do *Institut Français des Experts Comptables*, citado por Sá (2000, p.106), que define:

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, e controlar a validade dos dados fornecidos pela contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

Pela definição do controle interno, observar-se que este é feito por uma série de procedimentos que aplicados de forma adequada, asseguram a fluidez e a organização necessária, para a obtenção de algo palpável (ATTIE, 2010).

Para Conselho Federal Contabilidade-CFC na Resolução n 1.212 de 27 de Novembro de 2009 NBC TA 315:

Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo 'controles' refere-se a quaisquer aspectos de um ou mais dos componentes do controle interno.

Outra definição dada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais-TCE MG (2012), a palavra controle significa uma verificação contínua das atividades executadas por indivíduos, dentro das organizações, departamentos, órgãos públicos, e atividades administrativas comuns, para que não ocorram erros e que as normas estabelecidas sejam executadas adequadamente.

2.3.2 Objetivos dos controles internos

A criação do departamento de Controle Interno como ferramenta da Auditoria tem como objetivo segundo Padoveze et al. (2010), a proteção do patrimônio que a empresa possui, garantindo que este seja utilizado somente para o benefício da mesma, assim é necessário manter um canal para que as informações dos funcionários cheguem a este departamento e que estas sejam precisas de acordo com as leis e normas.

Perez Junior (1998), acrescenta que além da proteção dos ativos, o controle interno tem como objetivo estimular que os colaboradores obedeçam as políticas, regras adotadas pela administração geral da organização. Destaca também, que a obtenção de informações adequadas e seguras é extremamente importante para alcançar as metas estabelecidas pelo controle, evitando os desvios das normas estabelecidas, e promovendo a eficiência e a eficácia das operações cotidianas da organização.

De acordo com as definições de Attie (2010), o controle interno tem quatro objetivos básicos: Salvaguarda dos interesses que é a proteção do patrimônio da empresa; Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais que se refere a confecção de informações apropriadas utilizadas no gerenciamento organizacional; Estimulo à eficiência operacional, assegurar que todas as atividades sejam executadas de maneira correta pelos profissionais responsáveis buscando meios para que isso ocorra ; Aderência às políticas existentes, garantir que todas as normas, políticas e objetivos estabelecidos pela administração sejam seguidos sem desvios.

O controle interno também pode ser visualizado dentro da administração pública, dentro das prefeituras municipais, ou órgãos estaduais para o Tribunal de Contas do Estado de

Minas Gerais-TCE MG (2012, p.25), os objetivos do Sistema de controle interno devem estar sempre alinhados com os objetivos da organização, além de:

*assegurar que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas, destacando-se conhecer as receitas, despesas, resultados históricos, estrutura administrativa, pessoal, patrimônio, observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos;

* buscar o equilíbrio nas contas públicas e a correta aplicação administrativa e financeira dos recursos públicos;

* examinar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

* prevenir a ocorrência de fraudes, desvios, desperdícios e erros cometidos por gestores e servidores em geral;

* buscar o atingimento de metas estabelecidas e prestar contas à sociedade, de forma transparente, condição imposta a todos aqueles que, de alguma forma, gerenciam ou são responsáveis pela guarda de dinheiro ou bens públicos.

Conforme Bordin e Saraiva (2005, p.203 *apud* Fayol, 1981) citado por, “o controle tem por objetivo assinalar as faltas e os erros a fim de que se possa repará-los e evitar sua repetição”.

Almeida (2003), destaca como objetivos a distribuição de tarefas definindo empregados responsáveis para a sua execução, assim é necessário a criação de manuais internos para assegurar que todos os procedimentos necessários para manter o controle sejam realizadas, possibilitando assim a imediata detecção de fraudes, erros ou irregularidades existentes nos procedimentos, como também os responsáveis por cometer tais danos a organização. Estes manuais devem estabelecer as rotinas internas a serem seguidas pelos funcionários, que abrangem a padronização de documentos como formulários e procedimentos internos e externos.

Um dos principais objetivos da auditoria externa e interna, é fazer relatórios das atividades contábeis principalmente as demonstrações financeiras assim ele se foca mais nos controles contábeis e somente nos controles administrativos se estes influenciarem tais relatórios, assim é necessário adotar princípios nos controles contábeis, tais princípios são necessários para evitar fraudes e erros (ALMEIDA, 2003).

A atribuição de responsabilidades é um destes princípios que determina o que cada colaborador é responsável para quando ocorrer alguma omissão ou fraude a auditoria possa determinar quem é o autor (ALMEIDA, 2003).

Outro princípio a ser adotado é a segregação de funções que estabelece que a mesma pessoa, que efetiva os registros contábeis dos ativos não seja a mesma que usufrua deste ativo, pois este pode omitir e desviar o ativo, para benefício próprio, sendo necessário assim, adotar

o confronto de ativos com registros constantemente, que tem por objetivo detectar se há algum desfalque de bens ou se algum registro está alterado ou inadequado (ALMEIDA, 2003).

Assim, não adianta adotar um ótimo controle interno sem que seja necessário que alguém verifique a funcionalidade deste. O controle interno é uma ferramenta da auditoria interna que tem o objetivo de verificar constantemente, se todas as normas internas para o funcionamento saudável da organização são seguidas e se há necessidade de implantar novas regras (ALMEIDA, 2003).

Para Sá (2000), o controle interno deve seguir os seguintes princípios básicos peculiares que são através da existência de um plano de organização com distribuição de obrigações; registros capazes de assegurar um controle contábil, ou metas das instituições; zelar pela função humana nos desempenhos das suas atividades diárias; qualidade e responsabilidade do pessoal em nível adequado.

2.4 Ferramentas utilizadas na auditoria interna para a detecção de fraudes

2.4.1 Definição de fraudes

Conforme a resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC n. 1.207 de 27 de novembro de 2009 NBC TA 240, “fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal”.

Perante a Lei n. 4.502, de 30 de Novembro de 1964, em seu Art. 72:

Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido a evitar ou diferir o seu pagamento.

Outra definição ressaltada por Parodi (2008) citado por Faria et al. (2012), fraude é executada por funcionários dentro das organizações, e estes geralmente possuem um relacionamento estável, perante os outros funcionários não aparentam capacidade para cometer tais atos ilícitos, a fraude também pode ser cometida por clientes e fornecedores. Entretanto estes são passíveis a punição judicial por roubo ou crimes contra a ordem tributaria.

A fraude mostra a atuação de uma ou mais pessoas, formulando um círculo de corrupção dentro de uma organização, tendo como objetivo a realização de declarações falsas, podendo ser realizadas tanto no ambiente contábil quanto no administrativo (PEREIRA; NASCIMENTO, 2005).

A fraude caracteriza-se pela ação intencional e com dolo praticada por agentes internos ou externos a entidade de forma não autorizada com vistas a atentar contra os ativos empresariais suprimindo destes resultados empresariais (PINHEIRO; CUNHA, 2003).

2.4.2 Ferramentas para detecção de fraudes

A fraude geralmente é difícil de ser detectada, pois ela é cometida por pessoas que tem um nível de inteligência acima da media, e estas elaboram meios de transparecer quaisquer suspeitas, e utilizam recursos tecnológicos para cobrirem seus rastros. Contudo o erro é fácil de detectar pois não é intencional e é seguido por um conjunto de falhas possibilitando assim, identificar facilmente o responsável por ele (SANTOS et al., 2006).

Existem várias maneiras de reduzir erros e evitar fraudes, porém a mais eficientes baseiam-se na construção de um forte sistema contábil de controles internos, com avaliações periódicas, tanto internas como externas (PAPINI, 2009).

Nos conceitos de Pereira e Nascimento (2005), tanto na auditoria interna e externa as ferramentas utilizadas são as mesmas, que são: procedimentos de auditoria; circularização; inventários; conferências; softwares de auditoria; denúncias; inquérito, os quais serão relatados abaixo.

⇒ Procedimentos de auditoria: são um conjunto de investigações técnicas que permitem que o auditor fundamente suas conclusões, sobre os relatórios financeiros e as atividades executadas, dentro da organização;

⇒ Circularização: consiste na elaboração de documentos ou cartas enviadas pelos clientes com os quais a organização mantém negócios, que são enviados diretamente ao auditor para verificação do andamento das atividades contratadas em determinada data. Tal procedimento é necessário para manter uma parceria entre cliente e empresa, assim o auditor poderá confirmar resultados constantes nas demonstrações dos auditados;

⇒ Inventários: São levantamentos dos bens tangíveis que possui valor para o patrimônio da empresa;

⇒ Conferências: Consiste na verificação de cálculos realizados pelo auditado em suas demonstrações, para confirmação da exatidão dos valores expressos em documentos. Também verifica se os profissionais possuem conhecimentos técnicos para realizar determinadas atividades;

⇒ Softwares de auditoria: os auditores necessitam de ferramentas que forneçam agilidade e segurança e há diversos tipos de softwares existentes dentre eles está ACL (Linguagem de Auditoria por Comandos), I2 ou *Monarch* estes possibilitam um efetivo combate a fraude em quaisquer tipos de organizações, consiste em um banco de dados que exigira total conhecimento do auditor para a sua utilização;

⇒ Denúncias: O auditor deverá gerar algum meio de comunicação entre os níveis hierárquicos da organização desde o a áreas operacionais e a administração geral assim, estes meios de comunicação possibilitarão a denúncia que poderá partir de quaisquer funcionários que executem determinadas tarefas e

⇒ Inquérito: é uma das ferramentas essenciais para o descobrimento de fraudes que podem acontecer dentro do controle interno das empresas.

2.4.3 Aplicabilidades do controle interno na detecção de fraudes nos estoques

O estoque se trata de um armazenamento de produtos, desde matéria prima para confecção de bens, ou de quaisquer produtos de uso para a organização no balanço social, entra nas contas do ativo circulante (estoque de matéria prima, produto em elaboração, produto acabado, estoque de mercadoria para venda/revenda e estoque de almoxarifado) e é verificado continuamente, para que não atrapalhe o desenvolvimento das atividades rotineiras do departamento operacional (SÁ, 2010).

O ativo circulante é dinheiro, créditos a receber e estoques das organizações são os que mais sofrem fraudes, pois são os mais fáceis de serem apropriados assim é necessário um controle interno eficiente, para evitar tais fraudes (CASTRO; CAMPOS, 2009).

A aplicabilidade do controle interno no estoque envolve atividades rotineiras para que não ocorram fraudes durante a aquisição, utilização ou venda do mesmo. Este controle por intermédio de inventários pode ocorrer anualmente, mensalmente ou trimestralmente dependendo da administração da organização (CASTRO; CAMPOS, 2009).

As fraudes nos estoques podem ocorrer das seguintes maneiras: Notas fiscais frias, que são adquiridas por intermédio de operações falsas; Alterações de quantidade de bens estocados, tanto para mais, quanto para menos; Desvios de bens para benefício próprio de

funcionário, ou gestores responsáveis; Adulteração dos inventários; Fraudes envolvendo a qualidade dos produtos adulterando, marcas e alterações de valores dos mesmos produtos (CASTRO; CAMPOS, 2009).

Para evitar tais fraudes é necessário que o controle interno adote alguns cuidados, que são: Determinar o nível mínimo de estoque, definindo quando há necessidade de comprar; Determinar um responsável para a confecção de relatórios diários dos produtos, quando estes alcançarem o mínimo de quantidade de peças/ produtos, para que o responsável pelo departamento de compras efetue a sua aquisição, observando bem, que o mesmo funcionário que efetua os registros das peças não seja o mesmo que as compre (CASTRO; CAMPOS, 2009).

Elaboração de formulários como requisições de compras e ordem de compras com os seguintes dados: data, controle numérico, quantidade, especificações de todos os detalhes do produto, e principalmente a assinatura do responsável. Manter um registro regular destes documentos é essencial para um controle interno eficiente. Exigir que o fornecedor ao emitir a nota fiscal de aquisição registre o número da ordem de compra, e determinar que o produto ao chegar à empresa seja recebido no setor específico (CASTRO; CAMPOS, 2009).

Para fortalecer o controle interno na gestão de estoques as empresas Attie (2010), traz os seguintes procedimentos que devem ser utilizados:

- * segregação de funções entre a guarda física dos estoques e a de contabilização;
- * autorização de compra por pessoa de nível;
- * utilização de coleta de preços para compras;
- * utilização de requisição de materiais para produção;
- * apontamentos das horas trabalhadas na produção;
- * registro perpétuo de estoque;
- * determinação de ponto mínimo de estoque;
- * contagens rotativas de estoque;
- * sistema de custo integrado à contabilidade;
- * segregação de funções entre o setor de compras e o de recebimento e
- * contagem física quando da recepção e emissão de documentos comprobatórios.

A segregação de funções dentro do estoque é simplesmente a distribuição de responsabilidades entre funcionários, ou seja determinar quem é o funcionário responsável pela organização física dos estoques, guardar os produtos adquiridos e o responsável por fazer os lançamentos contábeis dos itens estocados (ATTIE, 2010).

A autorização de compra ocorre quando é detectada a necessidade de aquisição de itens a serem estocados que estão em falta na organização, após a elaboração da requisição de compra que devera ser encaminhada ao gestor responsável ou gerente de compras este

encaminhara outro documento que é a autorização para a compra e este documento devera ser assinado, datado e todos os itens com suas especificações (ATTIE, 2010).

A coleta de preços são pesquisas ou orçamentos realizados entre fornecedores do mesmo item que devem ser registrados para que aconteça a escolha da proposta mais beneficente a organização (ATTIE, 2010).

A requisição de compra de matérias para a produção, é um documento que devera ser emitido pelo gestor de produção e devera seguir o mesmo procedimento da autorização de compra, ocorre em grandes industrias que há uma divisão clara de funções entre colaboradores (ATTIE, 2010).

Com o registro de horas trabalhadas pelo departamento operacional é possível determinar um tempo médio de utilização de estoques. Assim, o apontamento das horas trabalhadas na produção, ajuda o gestor dos estoques a controlar a rotina de reposição do mesmo, quando é observado, um registro de aquisição de estoque, em um momento em que o departamento operacional não estava funcionando, pode gerar estranheza e facilitar a identificação de fraudes (ATTIE, 2010).

Os registros perpétuos de estoques, são documentos contínuos que deverão permanecer dentro da organização, seja por meio físico ou digital, que possibilitarão observar o fluxo de reposição do estoque, quando este atingiu o seu ponto mínimo e com que frequência isso ocorre em um determinado período (ATTIE, 2010).

Determinar o ponto mínimo, é uma das funções do gestor de estoques, que deverá calcular quando os itens atingirem uma quantidade exata que se for ultrapassada poderá prejudicar o funcionamento do departamento operacional, este cálculo é estimado conforme os registros de saída de estoque (ATTIE, 2010).

A contagem rotativa de estoques, consiste em determinar períodos em que os itens estocados sejam contados item a item, catalogados e registrados (ATTIE, 2010).

Um sistema de custo integrado a contabilidade, possibilita ao auditor que verifique nos relatórios contábeis algum custo alterado ou verificar conforme os registros valores diferentes em períodos idênticos (ATTIE, 2010).

Da mesma maneira que a segregação de função deve ocorrer na guarda física de estoques e contabilização deve ocorrer na função de compras e de recebimento, pois a organização determinará o responsável por cada uma destas funções, pois o mesmo que compra não deverá ser o mesmo, que os recebe, para que não ocorra desvios no recebimento, pois o responsável pela recepção dos itens deverá contar item por item, verificando se a quantidade recebida é a mesma emitida na nota fiscal de entrada (ATTIE, 2010).

A auditoria de estoques depende da efetividade em que o controle interno exerce sobre os estoques, assim, são necessários utilizar alguns procedimentos de auditoria, que deverão ser executados durante os trabalhos do auditor segundo Attie (2010):

⇒ Os exames físicos é a contagem dos itens existentes dentro dos estoques sejam matérias primas ou quaisquer outros produtos utilizados pela empresa nas atividades rotineiras.

⇒ O próximo processo é a confirmação dos estoques, se estes estão em posse de terceiros, ou dentro da organização ou relacionado a garantias de empréstimos consignados.

⇒ A confirmação de documentos originais que consiste em verificar notas fiscais de compra e pagamentos, contratos existentes seja de compra e venda ou prestação de serviço, análise de atas de assembleia ou de reuniões administrativas.

⇒ Verificação de cálculos das contagens dos itens estocados, preços unitários destes itens para encontrar a quantidade exata, cálculos dos impostos pagos e despesas gerais de manufatura.

⇒ A escrituração é a análise das contas de razão de todos os produtos de suas ordens de fabricação e contagens físicas registradas.

⇒ A investigação consiste na análise de cada detalhe de documentos de compra, ordens de fabricação em aberto e registros contínuos, e todos os registros de entrada e saída dos estoques.

⇒ O inquérito é a verificação de todos os registros dos saldos de estoque, e verificação de que existem itens que não são utilizados por muito tempo.

⇒ E a observação, que é a análise se os itens estão classificados corretamente aplicando os princípios contábeis adequados (ATTIE, 2010).

Observa-se que dentro dos estoques o controle interno eficaz pode fornecer um nível de segurança contra fraudes aceitável, não significando que esta segurança seja total, pois os processos que envolvem o controle interno deverão ser contínuos. Dentro do ambiente corporativo onde existe a necessidade de auditoria de estoques, a colaboração do controle interno é fundamental (ALMEIDA, 2003).

Os objetivos do controle interno devem ser aplicados corretamente para evitar desvios, nas organizações, ele só será eficaz se a segregação de funções for devidamente executada evitando que pessoas que adquiram os bens estocados sejam as mesmas que os contabilize, como também promovendo inventários regularmente, estabelecendo períodos

para a contagem física ocorra, e que este período não seja apenas anualmente quando ocorre o fechamento do exercício social da organização (ALMEIDA, 2003).

O controle das horas trabalhadas na produção é uma função do departamento de recursos humanos, entretanto a conferência contínua junto a este departamento deve ser verificada, como todos os relatórios emitidos, entre os setores, para que não ocorra nenhuma inconsistência de informações (ALMEIDA, 2003).

A elaboração de documentos como requisição de compra e autorização de compra, é competência do controle interno, este por sua vez demonstra eficácia quando esta documentação é verificada continuamente. Em várias organizações existem estes documentos, entretanto, na maioria das vezes estão incompletos. Cabe ao controle informar ao responsável tais irregularidades, não aceitando documentos que estejam errados e faltando informações (ATTIE, 2010).

A requisição de compra é emitida pelo gestor de estoques que identificou a necessidade de reposição imediata, e a autorização de compra é emitida pelo responsável por esta função. Ambos os documentos devem conter informações detalhadas sobre os itens exigidos, data, quantidade e assinatura do responsável (ATTIE, 2010).

Os registros perpétuos, no controle interno serão utilizados mediante a auditoria, o acompanhamento periódico destes permite ao responsável do controle interno detectar imediatamente quaisquer inconstâncias em períodos idênticos na entrada e saída de estoques. A cobrança destes registros é função do controle interno e preservá-los é vital para o funcionamento adequado da organização. O controle interno eficaz transmite confiabilidade ao auditor, facilita o trabalho quando este executar os testes necessários para verificação dos relatórios gerenciais da organização (ATTIE, 2010).

Portanto, o controle interno é responsável pela fiscalização dos departamentos e as funções que estes executam diariamente, embora seu objetivo principal seja proteger os bens da organização. Para que isso ocorra, é necessário que os departamentos estejam interligados entre si para o benefício do ambiente corporativo.

Os princípios e procedimentos do controle interno relatados anteriormente contribuem efetivamente com a minimização da ocorrência de fraudes nos estoques como também, em outros setores, podendo assim, transmitir segurança nas informações e relatórios repassados para os gestores e auditores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Lakatos e Marconi (2001), ressalta que a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior numero de itens, pois responde a um só tempo, como? com quê? onde? quanto? quando?. Destacando os métodos de abordagem, procedimentos, técnicas de coletas de dados e objetivos.

3.1 Método de abordagem

Embasado nos conceitos de Lakatos e Marconi (2001), o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza e/ ou sociedade. Quanto ao método de abordagem as pesquisas podem ser: Indutivas, Dedutivas, Hipotética Dedutiva e Dialética.

Portanto, esta pesquisa quanto ao método de abordagem classifica-se em método dedutivo por se tratar de teoria existente.

3.2 Métodos de procedimentos

Os métodos de procedimentos constituem etapas mais concretas da pesquisa, com propósito de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Dentro desses procedimentos destaca em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, estudo de caso, entre outras. (LAKATOS; MARCONI, 2001)

Rampazzo (2005 p.53), afirma que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referencias teóricas publicadas (em livros, revistas dentre outros). Realiza-se independentemente ou como parte de outros tipos de pesquisa”.

Os seguimentos utilizados nesta pesquisa são bibliográficos, pois baseia nas bibliografias feitas, sobre o assunto a ser desenvolvido.

3.3 Objetivos

Os objetivos consistem em expor que pessoas ou coisas, fenômenos ou fatos pesquisados devem ser restringidos em seu âmbito e enumeradas suas características (MARCONI, 2001).

A metodologia adotada nesta pesquisa desenvolve-se de forma exploratória, pelo fato de buscar conhecer mais sobre o problema de pesquisa

3.4 Técnicas de coletas de dados

Diante das definições de Lakatos e Marconi (2001), é um conjunto de processos de que se serve a uma ciência; são habilidades usadas para a obtenção de seus propósitos em relação a pesquisa. Apresentam-se dois tipos: direta e indireta, onde a indireta abrange a pesquisa documental e bibliográfica, e a documentação direta que se aprofunda em através de entrevistas, questionários dentre outros.

Portanto, a metodologia em questão de coletas de dados é desenvolvida de forma indireta por utilizar livros, documentos, revistas, publicações, dentre outras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria surgiu por volta do século XIV na Inglaterra, em plena evolução do sistema capitalista. Antes as empresas eram basicamente familiares e com o desenvolvimento do mercado surgiu a concorrência acirrada, obrigando-as a desenvolverem métodos, que buscavam aprimorar os sistemas de controles administrativos e procedimentos, minimizando custos para que seus produtos fossem atrativos. Ela ocorre na maioria das vezes em organizações de grande porte, que geralmente são departamentalizadas, e geralmente são auditadas para transmitir mais credibilidade para os seus proprietários ou acionistas e perante aos órgãos públicos.

O objetivo desta pesquisa foi apresentar a aplicabilidade do controle interno como suporte operacional da auditoria interna e ferramenta redutora de fraudes nos estoques, destacando a aplicabilidade de um controle interno eficaz nos estoques.

Durante a pesquisa apresentou-se que os estoques são contabilizados como um ativo circulante da organização, e este por ser de fácil acesso é um alvo constante de fraudes, o que mostra a necessidade de um controle interno eficaz, pois a função principal do controle é proteger os ativos da empresa.

Foi identificado no decorrer da pesquisa que a auditoria interna depende da total eficiência do controle interno da empresa, podendo assim, obter garantia de que seus trabalhos são efetuados de forma mais ágil e eficaz. Pode-se notar que o controle interno e auditoria interna funcionam como as ferramentas fundamentais, para a prevenção de erros e fraudes dentro, de uma organização.

Um dos principais benefícios da auditoria seria a minimização dos riscos dos negócios, pois estes mediante a globalização e a constante mudança do mercado de trabalho são grandes, assim quando o risco for imediatamente identificado possibilita o auditor propor alternativas para resolver quaisquer problemas administrativos. A auditoria é dependente do controle interno, pois este é o principal responsável por executar processos diários e determinar como estes deverão ser executados por cada departamento responsável.

Quanto aos procedimentos de auditoria, verificou-se que o auditor deverá planejar adequadamente a auditoria, conhecendo profundamente todas as normas da empresa, assim

ele poderá determinar onde ele iniciara a aplicação dos testes, que possibilitarão a avaliação rigorosa se o controle interno é eficaz ou falho. Os testes de observância é o primeiro a ser utilizado pelo auditor pois permite definir o perfil da organização e detectar o grau de confiabilidade do controle interno, e os testes substantivos são os que possibilita o auditor detectar erros e fraudes, onde o planejamento deverá ser mais específico e determinar o caminho que o auditor deverá seguir.

Nota-se que a auditoria interna trabalha em cima de relatórios corretos e exatos, para que isso ocorra adequadamente de acordo com sua necessidade, cabe a empresa ter em seu estabelecimento um controle interno de sua confiança e dedicação, pois assim, através de trabalhos eficazes e em conjunto a probabilidade de conter fraudes ou erros são mínimas possíveis.

Ao obter todas as informações precisas, a auditoria juntamente com o controle interno averigua de forma aplicada um dos componentes operacionais de uma organização que são os estoques. A auditoria dos estoques teve como fundamento a detecção de fraudes, onde os controles internos exercem com procedimentos adequados, para auxiliar a auditoria e minimizar a ocorrência de fraudes nos mesmos.

Para minimizar as fraudes dentro dos estoques, o controle interno é aplicado, pois é ele que determina os procedimentos que deverão ser executados diariamente para o funcionamento da organização. Dentre as obrigações do controle interno nos estoques é a segregação de funções que determina o que cada colaborador é responsável. Isso deverá ocorrer nos estoques, pois, é necessário dividir a função, contabilização e guardas físicas, recepção e compra. Outra maneira de evitar fraudes é os inventários físicos que consiste na contagem de item por item que existe estocado. Entre outras medidas adotadas é necessário a elaboração de documentos internos como a requisição e autorização de compra que deverão ser verificados continuamente pelo controle interno.

Considera-se que os estoques por sua vez, tem mais facilidade de ocorrências de fraudes, por terem atividades rotineiras, por estar ligado à movimentação continua, como entrada e saída de materiais. Entretanto, se fazem necessários o controle e a auditoria trabalhem juntos, para que sejam passadas informações, com total credibilidade e confiança aos administradores e usuários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ATTIE, Willian. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane Jardim. [2005]. **O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis.** Disponível em <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIIInEspecial/a12vIIInesp.pdf>>. Acesso em: 27/11/12.

BRASIL. **Lei n. 4.502**, de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre Conceito de Fraude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14502.htm>. Acesso em: 25/04/13.

CASTRO, Rosimari Humberta de Oliveira; CAMPOS, Jonas Comin de. **Fraudes:** conhecê-las, estudá-las e preveni-las. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0025_0467_01.pdf>. Acesso em: 25/04/13.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. CFC aprova Resolução n. 1.212, de 27 de Novembro de 2009 **NBC TA 315**. Definição de Controle Interno. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1212_2009.htm>. Acesso em: 25/04/13.

_____. CFC aprova Resolução n. 1.207, de 27 de Novembro de 2009 **NBC TA 240**. Definição de Fraude. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/NBCTA240.pdf>>. Acesso em: 25/04/13.

_____. Resolução n. 986/03, 21 de Novembro de 2009, aprova **NBC TI 01-** da auditoria interna Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res986.htm>. Acesso em: 25/04/13.

CHIARATTI, Alexandre; PINTO, Ivan. [2009]. **Porque fazer auditoria?** Transparência e credibilidade são algumas das vantagens da auditoria no terceiro setor. Disponível em: <<http://www.sinprorp.org.br/Jornais/filantropia184.htm>>. Acesso em: 08/11/12.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

D'AVILA, Marcos Zahler. **Conceitos e técnicas de controles internos de organizações**. São Paulo, 2002: Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=au1TQ7CPCYAC&pg=PA25&lpg=PA25&dq=controle+interno&source=bl&ots=0v162rlJxJ&sig=vmYeZH7ZCdaVj6_6M8rLjZx8fD0&hl=pt-BR&sa=X&ei=15NkUPrdO_HG0AGBwICwDQ&ved=0CDYQ6AEwAQ#v=onepage&q=controle%20interno&f=false>. Acesso em: 08/11/12.

DELOITTE (Org.). **Auditoria Interna no Brasil, 2007**. Disponível em: <<http://www.deloitte.com/assets/Dcom-brazil/Local%20Assets/Documents/auditoria%20interna.pdf>>. Acesso em: 30/03/13.

FARIA, Juliano Almeida de; MATOS, Aramis Gois de; MATA, Carine Rosendo da; JESUS JUNIOR, Raimundo Rosário de. Reflexão sobre controles gerenciais em face da fraude contábil no banco no Panamericano. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 193, 2012.

FULGÊNCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum administração pública ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=i3ztZNkEpOoC&pg=PA71&lpg=PA71&dq=auditoria+interna&source=bl&ots=wExnBQKT8I&sig=ABU51QHgrQfj3vHhe_LS1Rpn55o&hl=pt-BR&sa=X&ei=_GJbUJiXEoXc0QGSuIGICQ&ved=0CFAQ6AEwBQ#v=onepage&q=auditoria%20interna&f=false>. Acesso em: 10/11/12.

FURTADO, Daiani. [2009]. **Auditoria interna e suas vantagens**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/auditoria-interna-e-suas-vantagens/30910/>>. Acesso em: 30/10/12.

LAKATOS Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Metodologia de trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAGALHÃES, Antônio de Deus F; LUNKES, Irtes Cristina; MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Auditoria nas organizações: metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Maria.de Andrade. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Luiz Wagner. **Contabilidade em auditoria.** Paraná, Cianorte, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 1995.

PADOVEZE, Clovis Luís et al.. **Fundamentos de contabilidade: princípios.** São Paulo 2010. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=uQ6vCvwu4-oC&pg=PA298&lpg=PA298&dq=#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21/09/12.

PAPINI, Antônio Marco. Controle Interno Evita Erros e Fraudes: **Revista Consultor Jurídico**, 6 de fevereiro de 2009, Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-fev-06/controle-interno-sao-principal-arma-evitar-fraudes-erros>>. Acesso em: 08/11/12.

PEREIRA, Anísio Candido; NASCIMENTO, Wesley Souza do. **Um Estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no Estado de Goiás, 2005.** Disponível em: <<http://200.169.97.104/seer/index.php/RBGN/article/viewFile/49/42>>. Acesso em: 09/11/12.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PINHEIRO, Geraldo José; CUNHA, Luís Roberto Silva. **A importância da auditoria na detecção de fraudes.** Contab.Visa & Ver.Belo Horizonte, v.14, n.1, p.31-48, ES: 2003. Disponível em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/publicacao_11.pdf>. Acesso em: 29/11/12.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica.** São Paulo, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=rwyufjs_DhAC&q=pagina+53#v=onepage&q=pagina%2053&f=false>. Acesso em: 29/11/12.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de auditoria.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, Carlos Alexandre. **Contabilidade para não contadores: princípios básicos de contabilidade para profissionais em mercados competitivos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2010.

SANTOS, André R.; SEPULVEDA, Andréa F.; BERGAMASCH, Eduardo T.; PREVIAT, Marcos R.; FERNANDES, Rúbia M.; CAMACHO, Reinaldo. Erros e fraudes em auditoria e o posicionamento de auditoria. **Anais**. 2006. Disponível em: <http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_22.pdf>. Acesso em: 27/11/12.

SILVA, Erlon Rodrigo da. [2008]. **A importância da auditoria interna na gestão dos recursos financeiros: um estudo de caso em uma rede de concessionários de veículos**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291639>>. Acesso em: 30/08/12.

TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf>. Acesso em: 29/04/13.